

titulares e recolhidos quando estes deixarem de os exercer.

Ministério da Defesa Nacional.

Assinada em 14 de Novembro de 1983.

O Ministro da Defesa Nacional, *Carlos Alberto da Mota Pinto*.

REPÚBLICA PORTUGUESA

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

CARTÃO DE IDENTIDADE

LIVRE TRÂNSITO

Pertencente a _____

O Ministro,

Todas as autoridades a quem este bilhete for apresentado deverão prestar, em caso de necessidade, todo o auxílio que pelo portador for requisitado a bem do serviço da República.

Ministério da DEFESA NACIONAL, _____ de _____ de 19____

Assinatura do portador,

N.º _____

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
E DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Decreto-Lei n.º 424/83

de 6 de Dezembro

A Lei n.º 2002, de 26 de Dezembro de 1944, e o Decreto-Lei n.º 43 335, de 19 de Novembro de 1960, previam o pagamento de rendas ao Estado e de adicionais às câmaras municipais pela concessão de centros electroprodutores hidroeléctricos, situação que o enquadramento legal hoje existente conduziu a um impasse de aplicação.

Embora se dê hoje grande atenção ao impacte negativo de um novo centro electroprodutor, a verdade

é que da sua construção resultam também aspectos positivos na zona da sua implantação, sendo fácil constatar que, quase sem excepção, a existência de um empreendimento deste tipo constitui um importante factor de desenvolvimento.

Todavia, com o aumento do número e da dimensão de novas centrais térmicas e com a sensibilização das populações aos efeitos nocivos de qualquer actividade industrial parece oportuno institucionalizar as formas de compensação a dar às populações sobre a influência de centrais produtoras de energia eléctrica, isto a par de uma larga informação sobre a justeza das soluções adoptadas quanto à sua localização, tipo, dimensão e meios utilizados para atenuar o impacte sobre o ambiente.

Por outro lado, o reforço da capacidade de actuação dos municípios por aumento da sua capacidade financeira é também política dominante do Governo.

É nesta linha de pensamento que o presente diploma consagra o pagamento de uma renda anual aos municípios cuja circunscrição seja atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica. Nos critérios seguidos para a delimitação da zona de influência dos sectores electroprodutores para a determinação da renda a pagar e para a repartição dessa renda foram adoptados, além de outros factores correctivos, elementos de natureza objectiva, designadamente o tipo de cada centro electroprodutor, a potência instalada e a área atingida em cada circunscrição municipal.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

(Renda devida aos municípios)

1 — Os municípios cuja circunscrição seja atingida pela zona de influência de centros electroprodutores terão direito ao recebimento de uma renda anual, a pagar pela EDP, determinada nos termos dos artigos seguintes.

2 — Para efeitos do número anterior, a zona de influência de um centro produtor hidroeléctrico é determinada pela área do círculo de raio igual a 2,5 km, com centro no edifício da central, acrescida da superfície inundada exterior a esse círculo, e a zona de influência de um centro produtor termoeléctrico é determinada pela área de um círculo de raio R , com centro no edifício da central, em que R tem os seguintes valores:

	R (km)	Área (km ²)
Centro termoeléctrico:		
De turbinas de gás	3	28,3
De queima de fuelóleo	6	113,0
De queima de carvão	12	452,2
Nuclear	20	1 256

Artigo 2.º

(Cálculo da renda de centros electroprodutores em exploração)

1 — A renda relativa a centros produtores hidroeléctricos em exploração é calculada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$R_h = K \cdot 0,25 P_h \left[12a + \frac{1000 (W_h + C_h)}{P_h} \cdot b \right]$$

sendo:

- R_h — a renda relativa ao centro hidroeléctrico h , em contos;
 K — parâmetro adimensional = 0,005;
 P_h — potência instalada em exploração no centro h , em MW;
 W_h — produtividade média do centro h , em GWh/ano;
 C_h — capacidade útil de armazenamento do centro hidroeléctrico h , em GWh;
 a — taxa de potência da tarifa de MAT, em escudos/kW/mês;
 b — média do termo energia da tarifa de MAT, em escudos/kWh.

2 — A renda relativa a centros produtores termoelectricos em exploração é calculada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$R_t = K \cdot P_t (12a + u_t \cdot b)$$

sendo:

- R_t — a renda relativa ao centro termoelectrico t , em contos;
 K — parâmetro adimensional = 0,005;
 P_t — potência instalada em exploração na central t , em MW;
 u_t — utilização de referência da central t , em horas;
 $u_t = 6000$ horas para centrais nucleares ou a carvão;
 $u_t = 3000$ horas para centrais a fuelóleo;
 $u_t = 600$ horas para centrais de turbinas a gás;
 a — taxa de potência da tarifa de MAT, em escudos/kW/mês;
 b — média do termo energia da tarifa de MAT, em escudos/kWh.

3 — Os valores de a e b referidos nos números anteriores serão definidos com base no tarifário em vigor em 30 de Junho do ano a que respeite a renda.

4 — O valor de K previsto nos n.ºs 1 e 2 poderá ser revisto por portaria conjunta dos Ministros da Indústria e Energia e da Administração Interna, ouvida a EDP.

5 — Os valores dos restantes coeficientes são sancionados por despacho do Secretário de Estado da Energia.

Artigo 3.º

(Cálculo da renda de centros electroprodutores em construção)

1 — A renda relativa a centros electroprodutores em construção é calculada pela aplicação da fórmula

indicada nos n.ºs 1 ou 2 do artigo anterior, conforme se trate, respectivamente, de centros produtores hidroeléctricos ou de centros produtores termoelectricos, afectada do seguinte coeficiente:

$$\frac{NC}{N}$$

sendo:

N — a duração normal da construção do centro electroprodutor, em anos:

- $N = 8$ para centrais nucleares;
 $N = 6$ para centrais hidroeléctricas;
 $N = 6$ para centrais a carvão ou a fuelóleo;
 $N = 3$ para centros termoelectricos de turbinas a gás;

NC — o número de anos completos e ininterruptos de trabalhos de construção no sítio.

2 — Sempre que no coeficiente indicado no número anterior NC seja maior que N , será tomado o valor 1 para o coeficiente.

Artigo 4.º

(Repartição da renda)

1 — Sempre que a zona de influência de um centro hidroeléctrico ou termoelectrico de turbinas a gás atinja mais de uma circunscrição municipal, a renda a atribuir a cada município será proporcional à área atingida, sendo calculada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$Y_j = R_c \frac{S_j}{Z_c}$$

sendo:

- Y_j — renda a pagar ao município j , em contos;
 R_c — renda associada ao centro electroprodutor c , em contos;
 S_j — área do município compreendida na zona de influência do centro electroprodutor c , em quilómetros quadrados;
 Z_c — zona de influência do centro electroprodutor c , em quilómetros quadrados.

2 — Tratando-se de um centro termoelectrico a fuelóleo, a carvão ou nuclear, a renda a atribuir a cada município será função da área atingida e da localização dessa área na zona de influência do centro electroprodutor, sendo calculada, consoante o caso, pela aplicação das seguintes fórmulas:

a) Caso do centro termoelectrico a fuelóleo:

$$Y_j = R_c \left[a \cdot \frac{S_j(1)}{28,3} + b \cdot \frac{S_j(2)}{84,7} \right]$$

em que $S_j(1)$ e $S_j(2)$ correspondem às áreas do município compreendidas na zona de influência do centro electroprodutor e situadas, respectivamente, no círculo de raio de 3 km e na coroa circular compreendida entre um raio de 3 km e 6 km [$S_j(1) +$

+ $S_j(2) = S_j$] e a e b são coeficientes de ponderação ($a + b = 1$), sendo $a = 2/3$ e $b = 1/3$;

b) Caso do centro termoeléctrico a carvão:

$$Y_j = R_c \left[a \cdot \frac{S_j(1)}{28,3} + b \cdot \frac{S_j(2)}{84,7} + c \cdot \frac{S_j(3)}{339,2} \right]$$

em que $S_j(1)$, $S_j(2)$ e $S_j(3)$ correspondem às áreas do município compreendidas na zona de influência do centro electroprodutor e situadas, respectivamente, no círculo de raio de 3 km e nas coroas circulares compreendidas entre um raio de 3 km e 6 km e entre um raio de 6 km e 12 km [$S_j(1) + S_j(2) + S_j(3) = S_j$] e a , b e c são coeficientes de ponderação ($a + b + c = 1$), sendo $a = 4/7$, $b = 2/7$ e $c = 1/7$;

c) No caso da central nuclear:

$$Y_j = R_c \left[a \cdot \frac{S_j(1)}{28,3} + b \cdot \frac{S_j(2)}{84,7} + c \cdot \frac{S_j(3)}{339,2} + d \cdot \frac{S_j(4)}{803,8} \right]$$

em que $S_j(1)$, $S_j(2)$, $S_j(3)$ e $S_j(4)$ correspondem às áreas do município compreendidas na zona de influência do centro electroprodutor e situadas, respectivamente, no círculo de raio de 3 km e nas coroas circulares compreendidas entre um raio de 3 km e 6 km, entre um raio de 6 km e 12 km e entre um raio de 12 km e 20 km [$S_j(1) + S_j(2) + S_j(3) + S_j(4) = S_j$] e a , b , c e d são coeficientes de ponderação ($a + b + c + d = 1$), sendo $a = 8/15$, $b = 4/15$, $c = 2/15$ e $d = 1/15$.

3 — O valor dos coeficientes de ponderação previstos no número anterior poderá ser revisto por portaria conjunta dos Ministros da Indústria e Energia e da Administração Interna, ouvida a EDP.

4 — Quando uma circunscrição municipal seja atingida pela zona de influência de mais de um centro electroprodutor, a renda a atribuir ao respectivo município será obtida pela soma de tantas parcelas, calculadas nos termos dos números anteriores, quantas as zonas de influência que o atinjam.

Artigo 5.º

(Pagamento da renda)

A renda será paga de uma só vez, por depósito a efectuar na sede da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência à ordem dos respectivos municípios até ao dia 31 do mês de Março do ano seguinte àquele a que disser respeito.

Artigo 6.º

(Compensação de dívidas)

A EDP poderá operar com o montante de rendas vencidas a compensação de quaisquer créditos que tenha sobre os municípios.

Artigo 7.º

Com a entrada em vigor do presente decreto-lei caducam as rendas a pagar pela EDP ao Estado e os respectivos adicionais destinados às câmaras municipais, previstos na alínea d) da base xv da Lei n.º 2002, de 26 de Dezembro de 1944, e nos artigos 68.º e 70.º do Decreto-Lei n.º 43 335, de 19 de Novembro de 1960.

Artigo 8.º

(Entrada em vigor)

O presente decreto-lei entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 1984.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Novembro de 1983. — *Mário Soares* — *Carlos Alberto da Mota Pinto* — *Eduardo Ribeiro Pereira* — *José Veiga Simão*.

Promulgado em 22 de Novembro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 23 de Novembro de 1983.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DO EQUIPAMENTO SOCIAL

Decreto Regulamentar n.º 84/83

de 6 de Dezembro

Considerando que a Câmara Municipal de Sintra está a realizar uma intervenção urbanística na área de Casal de Cambra, no respectivo concelho, e que convém evitar a alteração das circunstâncias e condicionamentos existentes que possam comprometer ou tornar mais difícil ou onerosa a respectiva execução;

Ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, o Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O prazo referido no artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 34/81, de 8 de Agosto, é prorrogado por mais um ano.

Art. 2.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Mário Soares — *Carlos Alberto da Mota Pinto* — *Eduardo Ribeiro Pereira* — *João Rosado Correia*.

Promulgado em 22 de Novembro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 23 de Novembro de 1983.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.